

Há psicologias em movimento? Problematizações (im)pertinentes nada inocentes sobre os prazeres, as sexualidades e os gêneros na formação em psicologia

Are there psychologies in motion? Immaculate (im) pertinent nothing innocent problematization about pleasures, sexualities and genders in training in psychology

¿Hay psicologías en movimiento? Problematizaciones (im) pertinentes nada inocentes sobre los placeres, las sexualidades y los géneros en la formación en psicología

Danielle Jardim Barreto^a ; Wilian Siqueira Peres^b ; Adriana Barbosa Sales^c 

^a Doutora (2016) e mestre (2002) em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente do Curso de Psicologia e de Medicina da Universidade Paranaense (UNIPAR), Umuarama, PR, Brasil – E-mail: danibarreto@prof.unipar.br

^b Professor Doutor do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista – Campus Assis, Assis, SP, Brasil – E-mail: pereswilliam@gmail.com

^c Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista, professora da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Mato Grosso e secretaria para assuntos internacionais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, Cuiabá, MT, Brasil – E-mail: adriana.salesunesp@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa se enunciou a partir de questionamentos acerca dos constantes embates vivenciados em sala de aula ao trazermos a temática de outras sexualidades, outros prazeres e de outras expressões de gênero, dissidentes dos modelos identitários heteronormativos em nosso cotidiano universitário. Destes tensos encontros, anunciaram-se indagações como: - Que Psicologias estamos ensinando? - Que psicólog@s estão se formando atualmente? E mais uma indagação ainda: - Há uma identidade psi? As cartografias anunciadas destacam o necessário agenciamento de novos contratos éticos - estéticos e políticos nos territórios da formação em Psicologia, para a produção de outras Psicologias e que produzem outr@s modos de estar psicólog@s, através de desterritorializações das teorias tradicionais e de procedimentos de mensuração das vidas, com claras e pouco ingênuas, intenções de desconstrução das estratégias enrijecidas construídas e validadas pelas Psicologias de pastoreio, em prol da emancipação das experimentações dos corpos nas práticas sexuais, afetivas, políticas e éticas de Psicologias.

Palavras-Chave: Formação em Psicologia. Sexualidades. Gêneros. Identidade profissional. Cartografias.

Abstract: The following research has been enunciated from questions about the constant clashes lived in a classroom when themes regarding other sexualities, pleasures and another gender expressions, dissidents from the heteronormative identities are brought up on a College everyday. From such tense rendezvous, some quests were summoned, such as: Which psychology we are teaching? What kind of psychologists are graduating nowadays? And, yet, one other quest: Is



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

there a psy identity? The cartographies that were announced highlight the necessary agency of new ethic-aesthetic and political contracts within the territory of psychology graduation in order to produce other psychologies and hence creating other methods of psychological being. This can be achieved through deterritorialisation of traditional theories and life measuring procedures, with clear and little naive intentions of rebuilding strategies brought forth and validated for the sheperd psychology in aid of the emancipation of the experimentations of bodies in sexual practices, affective, politics and ethics of psychologies.

Keywords: Formation on psychology. Sexualities. Genders. Professional identity. Cartographies.

Resumen: La siguiente investigación ha sido enunciada a partir de preguntas sobre los constantes choques que se viven en una clase cuando se abordan temas relacionados con otras sexualidades, placeres y otras expresiones de género, disidentes de las identidades heteronormativas, en una Universidad todos los días. A partir de una cita tensa, se convocaron algunas cuestiones, tales como: ¿Qué psicología estamos enseñando? ¿Qué tipo de psicólogos se gradúan hoy en día? Y, sin embargo, otra búsqueda: ¿Existe una identidad psi? Las cartografías que se anunciaron resaltan la agencia necesaria de nuevos contratos ético-estéticos y políticos dentro del territorio de la graduación en psicología para producir otras psicologías y, por lo tanto, crear otros métodos de ser psicólogo. Esto puede lograrse a través de la desterritorialización de las teorías tradicionales y los procedimientos de medición de la vida, con intenciones claras y poco ingenuas de estrategias de desmontaje surgidas y validadas por la psicología del sheperd en beneficio de la emancipación de las experimentaciones de cuerpos en prácticas sexuales, afectivas, políticas y éticas de las psicologías.

Palabras clave: Formación en psicología. Sexualidades. Géneros. Identidad profesional. Cartografías.

Como citar o artigo:

BARRETO, D. J.; PERES, W. S.; SALES, A. B. Há psicologias em movimento? Problematizações (im)pertinentes nada inocentes sobre os prazeres, as sexualidades e os gêneros na formação em psicologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, 2018 DOI: 10.5007/2178-4582.2018.56963.

INTRODUÇÃO

A entrada em um terceiro milênio da história da humanidade tem colocado em tela a explosão de crise de paradigmas dos valores éticos, estéticos e políticos em decorrência de sistemas de imagens e de pensamentos ainda aprisionados em teorias e metodologias binárias e universalistas advindas do século XIX, e que se mostram cada vez mais caducas diante das novas configurações existenciais, principalmente as conectadas com as dimensões da emergência de novos sujeitos e sujeitas de direitos sexuais e de gêneros, marcados por interfaces com as interseccionalidades¹, de classes, raças/cores, etnias e nacionalidades.

Conforme problematizações a essas questões nos apoiamos em Braidotti (2000), quando nos adverte a respeito da decadência do sistema clássico de representação dos sujeitos/sujeitas em suas dimensões epistemológicas, éticas e políticas colocando sob suspeitas os posicionamentos teóricos e

¹ Para definir la interseccionalidad sencillamente, se podría decir que hace consciente cómo diferentes fuentes estructurales de desigualdad (u “organizadores sociales”) mantienen relaciones recíprocas. Es un enfoque que subraya que el género, la etnia, la clase, u orientación sexual, como otras categorías sociales, lejos de ser “naturales” o “biológicas” son construidas y están interrelacionadas. (...). La interseccionalidad se puede entender como un estudio sobre las relaciones de poder, que incluyen también vivencias que pueden ser señaladas como “abyectas”, o “pertenecientes a los márgenes”, o “disidentes”. Sin embargo, también sirve para teorizar el privilegio y cómo los grupos dominantes organizan estrategias de poder (conscientes o no) para preservar su posición de supremacía (PLATERO MÉNDEZ, 2014, p.56).

metodológicos, que ainda insistem na manutenção dos regimes de verdades binários e universalizantes.

Vivemos em tempos de fluxos e intempetividades diante de um cenário marcado por transições, que solicita revisão urgente de conceitos e valores, demarcados definitivamente por processualidades que dão visibilidades para as diferenças humanas, para as variações do humano, da vida em seus êxtases e prazeres; essas novas configurações existenciais colocam a Psicologia e seus procedimentos na berlinda, ou seja, denuncia uma certa formação profissional e o exercício da profissão ainda ancoradas por conceitos e metodologias advindas do século XIX, e que, em outros momentos temos denunciado e criticado como sendo uma Psicologia do ressentimento, marcada por práticas de sacerdócio propostas por psicologias de receitas prontas e manuais. (PERES, 2014)

Situações como as apresentadas pelo mass mídia, assim como, pelas cenas e discursos próximos de nossa realidade contemporânea em decorrência de certos procedimentos psi, ilustram essas atrocidades cometidas por certos e certas operador@s da Psicologia dos receituários e dos manuais entre elas:

- Uma mulher espancada há anos por seu cônjuge manifesta seu desejo de separação de seu casamento, e, ao expressar seu desejo ao psicólogo o mesmo lhe adverte: mas você já pensou que se separando de seu marido você poderá encontrar um pior?

- Uma jovem adolescente ao se deparar com a expressão de sua homossexualidade/lesbianidade é encaminhada por sua família para tratamento psicológico, quando o psicólogo insiste em patologizar sua expressão sexual e de gênero advertindo-a da urgência de seu tratamento através de técnicas reversivas de adequação ao modelo heteronormativo, acreditando que sua cura poderá se dar através do poder das orações;

- Uma mulher transexual procura por acompanhamento psicoterapêutico e é classificada como disfórica de gênero e sujeita da perversão, sendo orientada para desistir de seu processo transexualizador, devido ao profissional não concordar com tais procedimentos;

- Um jovem gay ao se deparar com seus desejos intempetivos de identificação homossexual procura por ajuda psi e comenta que sua família nada sabe de sua condição e que teme pela reação machista de seu pai, e, mesmo assim, a psicóloga chama a família e anuncia a homossexualidade do jovem para a família.

Trata-se apenas de alguns exemplos ilustradores entre tantos, para demarcarmos alguns problemas advindos dos valores sociais e culturais que compõe os processos de subjetivação, mas que também são reforçados e atualizados como modos esperados de procedimentos por parte de nossos e nossas operadoras psi de manuais.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL

Em uma ampla pesquisa coordenada pelo Grupo de Trabalho (GT) de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) (GT1), pertencente à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP), durante o ano de 2010, pôde-se fazer um perfil dos e das profissionais da Psicologia no Brasil, ficando bastante clara a manutenção do viés clínico da atuação profissional, pois segundo essa pesquisa:

A área clínica indiscutivelmente possui o maior peso, pois as inserções profissionais relacionadas às atividades clínicas representam 39,9% para 53,9% dos psicólogos que atuam nela de modo exclusivo ou não. Em outras palavras, mesmo que o psicólogo atue na clínica e em outra área ao mesmo tempo, os seus trabalhos (ou empregos) demandam, de modo mais expressivo, atividades de natureza clínica. Em segundo lugar, desponta a área de saúde, pois dos 27% que atuam nessa área de modo exclusivo ou não, 20,2% dos trabalhos ou inserções (empregos) estão a ela relacionados. Na terceira posição, encontra-se a área organizacional e do trabalho, com peso de 18,1% (inserções ou trabalhos) para 25,1% dos psicólogos que mantêm alguma inserção nessa área (BASTOS; GONDIN, 2010, p. 181).

Esse cenário caracteriza assim, nossa principal identidade profissional, qual seja aquele e aquela que atende em consultório. Quem de nós, docentes ou pesquisadores nunca ouviu de alunos e alunas: Professor/a você atende ou só dá aula?

Essa questão da manutenção da identidade psi, não é nem ingênua e nem destituída de poder, o lugar de saber e consequentemente de poder de psicólogos e psicólogas está na clínica, em suas diversas abordagens. A identidade profissional, ainda na atualidade, está no espaço reservado da sala de atendimento, com seus móveis próprios e os instrumentos de avaliação e diagnósticos clássicas. Quem não atende na clínica não é reconhecida/o como um/a genuína/o espécime da Psicologia.

A clínica, a clássica clínica, mantém o caráter dos primórdios do saber psi, baseada no modelo médico de intervenção e nos modelos clássicos de investigação, quais sejam: *a confissão* descritiva de todos os pensamentos, pensados ou ainda no plano das intenções de vir a pensar, os atos, suas tentativas de agir. O lugar da/o psicóloga/o é diferenciado do paciente/cliente/usuário, seja por meio do divã, seja por meio da poltrona, das mesas ou das cadeiras; e *os exames* que são feitos por meio de anamneses, de entrevistas, de testes projetivos ou psicométricos, em triagens e as “consultas” agendadas semanalmente tem duração em média de cinquenta minutos nos consultórios privados e trinta do Sistema Único de Saúde, sendo registradas como procedimentos.

Cem anos de Psicologia no Brasil e o que mudou de fato desde as primeiras legislações para a formação, até as diretrizes curriculares de 2004? A princípio um primeiro dado é o enorme contingente de profissionais por regiões.

Esse deslocamento dos centros de formação em Psicologia é característica das novas políticas educacionais e econômicas, com vistas à qualificação profissional em todas as regiões do Brasil. O censo da Educação Superior 2012, publicado por meio de um resumo técnico,² apresenta-nos a discrepância do acesso ao ensino superior público em detrimento da expansão do ensino superior privado no Brasil, em todas as suas regiões. Na região norte tem 28 instituições de ensino superior pública e 126 instituições de ensino superior privadas, na região centro oeste, 19 instituições de ensino superior pública e 217 instituições de ensino superior privadas; na região nordeste são 65 instituições de ensino superior públicas e 379 instituições de ensino superior privadas, na região Sul são 49 instituições de ensino superior públicas e 360 instituições de ensino superior privadas. E a maior discrepância entre as já apresentadas se encontra na Região Sudeste, onde temos 143 instituições de ensino superior públicas e 1030 instituições de ensino superior privadas (BRASIL, 2014)³.

No livro organizado por Maria Helena Souza Patto, nomeado *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da Psicologia* de 2012, a organizadora justifica a publicação como uma forma de denúncia de uma Psicologia produzida em série no país, a qual, pautada em manuais, não se compromete com o caráter político da atuação psi.

O livro de Patto (2012) nos leva à problematização dessa característica privatizada da formação em Psicologia a partir da crítica enquanto anúncio das práticas notadamente antiéticas e de total falta de critério formativo, capítulo a capítulo vamos nos deparando com processos e com procedimentos completamente equivocados de profissionais que se nomeiam psicólogas e psicólogos.

Após 14 anos de publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Psicologia, pouca coisa mudou de fato nos projetos pedagógicos, e sabemos disso, pelo perfil profissiográfico clínico, apresentado acima e pelas nossas próprias experiências na docência e na coordenação didático pedagógica de Curso.

Todas as leituras clássicas psi conversam com o território político – e, por incrível que pareça, ao formarmos profissionais da Psicologia, não há neste processo a cartografia dessa articulação, e o resultado dessa suposta falha na formação é a absorção destes saberes como verdades distintas, não relacionadas e fragmentadas. E mais ainda, a/o futura/o psicóloga/o deve ainda adotar como a única verdade sobre os modos de viver de uma única vertente teórica, que jamais deverá ser problematizada

² Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em 22/04/2015.

³ BRASIL. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Resumo Técnico 2012. 2014.

Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 22 de abr. de 2014.

ou sequer questionada, e ainda ser percebida como plenamente satisfatória - são as famosas *Igrejas Independentes* da Psicologia, que posicionam politicamente a/os profissionais psi.

Os efeitos dessa plenitude e conversão dogmática são uma série de amputações teóricas e metodológicas sobre os modos de vida e de viver, e ainda a contínua individualização e patologização das diferenças, sejam elas de gêneros, sexualidades, raças/cor, etnias e experiências religiosas conforme anunciado nas experiências relatadas no início deste trabalho. Esse massacre é assumido e mantido por uma Psicologia de manual, com o crescente afastamento da Filosofia e da própria reavaliação de si - enquanto ciência e profissão. Invariavelmente as teorias psi se pautam no entendimento de corpos individualizados e únicos, com um único aparelho psíquico a ser desvendado, uma inerente potência positiva interior a ser facilitada, uma liberdade de escolha ontológica ou uma contingência e repertórios a serem modelados, entre outras unificações das abordagens psi.

Temos uma Psicologia da homogeneização para um determinado corpo, que obviamente não pode, ou melhor, até pode, mas não deve ser múltiplo. Isto é retro-alimentado pelas crenças essencialistas reduzidas à existência de um corpo único, um sexo único, um gênero único, um aparelho mental único (PRECIADO, 2008; PERES, 2013).

Foram problematizações e resistências de pessoas, estudiosa/os, pesquisadores e grupos de estudos diversos em Psicologia Social, em estudos feministas, em gêneros e sexualidades, entre tantos cadastrados no CNPQ, que em territórios de resistências, por vezes isolados nas diversas regiões do Brasil, fizeram e fazem emergir novos campos de saberes e fazeres dentro da Formação em Psicologia que aqui, anunciamos o que gostaríamos de chamar de Psicologia **Queering**.

DE ONDE VEM E PARA ONDE VAI UMA PSICOLOGIA QUE SE ORIENTA PELO QUEERING?

A tentativa de aproximação da Psicologia com um viés político e emancipatório em uma perspectiva **Queer** solicita primeiramente um resgate histórico a respeito do termo **Queer** e dos usos que foram sendo construídos em torno da existência negada das dissidências dos sexos, gêneros e desejos pelas instituições médicas – psicológicas – jurídicas – religiosas - e seus saberes/poderes disciplinares e regulatórios, que prioriza o tratamento de abjeção, e que negam direitos a ter direitos dessas pessoas, logo as excluindo de acesso à cidadania.

Primeiramente há que se esclarecer que o termo **queer** não é um adjetivo e sim um verbo, sendo indicado a ideia de “**queering**”, logo, não é possível falarmos em uma identidade **queer**, assim como, que a palavra **queer** não se limita ao conjunto de letras identitárias, tais como, **Gays**, **Lésbicas**, **Bissexuais**, **Travestis**, **Transexuais**, **Transgêneros** e **Intersexos (LGBTTTI)**, mas remete a todas as

expressões existenciais que rompem com os imperativos da norma, que expressam resistências aos discursos imperativos do poder, e que dão legitimidade ao sistema sexos-gêneros, tão bem desconstruído por estudiosas feministas.

Os corpos que têm, segundo os discursos de verdade validados socialmente, a anatomia de seus destinos desejantes traz também neles atravessadas as batalhas dos jogos de saber e poder que normatizam através de sua medicalização os sexos, as sexualidades e os prazeres, fazendo deles também campos de produção ideológica, de manutenção das condições necessárias para permanência dos sistemas econômicos e políticos hegemônicos no Ocidente.

Os corpos e suas expressões de gêneros, sexualidades e prazeres articulam a forma como podemos ser sentida/os em nossas formas de amar, de nos relacionar e de se posicionar politicamente nas relações éticas e afetivas. Os corpos materializam os resultados dos atravessamentos dos dispositivos das sexualidades e suas possibilidades de experimentação dos prazeres. Sendo assim, Careaga Pérez (2013) nos alerta que a Psicologia deve se rever, pois:

Abordajes contemporáneos más recientes han buscado la incorporación de otra dimensión para su análisis, que es la social y que nos permite ver la influencia de la historia y de la cultura en la definición de las prácticas, así como de su impacto en la vida social toda. El análisis de la sexualidad para la psicología entonces no puede más estar restringido al campo de la clínica, sino que exige la mirada amplia de la psicología social que le dé cuerpo y sentido a sus expresiones (CAREAGA PÉREZ, 2013, p. 70).

Foucault (2013) poeticamente nos traz essa problematização da intencionalidade política do corpo-efeito, vejamos:

Meu corpo está, de fato, *sempre* em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo. Pois, é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele – que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo, um longínquo. O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, eu falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos (FOUCAULT, 2013, p.14).

Como disse Foucault (1988), “que lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 91) e nessa relação, além da produção de saberes sobre os corpos e seus prazeres na forma de manuais, de como viver certa sexualidade saudável, há a produção de outros saberes e práticas sexuais ditas abjetas, ditas indesejáveis, ditas patológicas. Problematizar essas outras expressões discursivas implica em propormos um deslocamento na nossa forma de olhar, de perceber e de sentir as experiências das pessoas em relação as suas sexualidades, seus gêneros, as suas práticas sexuais e aos seus prazeres.

Esse deslocamento modifica o lugar no mundo dos corpos e das vidas em abjeção, e isso pode vir a produzir uma ampliação nos modos de vida e de viver na multidão, com possivelmente menos violências e mais respeito.

Rubin (s/d), autora que problematiza os efeitos das políticas de controle e manutenção dos discursos de verdade sobre a natureza dos sexos, das sexualidades e dos prazeres, apresenta-nos, em sua obra *Pensando o sexo*, os efeitos das práticas discursivas em relação às expressões dissidentes à lógica sexos-gêneros-sexualidades e prazeres.

Estes efeitos se expressam em discursos e práticas carregadas de estigmatizações, marginalizações, hierarquizações, tendo como efeitos as abjeções de inúmeras pessoas e modos de viver. Vejamos:

Sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais. Heterossexuais maritais e reprodutivos estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Clamando um pouco abaixo se encontram heterossexuais monogâmicos não casados em relação conjugal, seguidos pela maioria dos heterossexuais. O sexo solitário flutua ambigualmente. O estigma poderoso do século XIX sobre a masturbação hesita de formas menos potentes e modificadas, tal qual a ideia de que a masturbação é uma substituta inferior aos encontros em par. Casais lésbicos e gays estáveis, de longa duração, estão no limite da respeitabilidade, mas sapatões de bar e homens gays promíscuos estão pairando um pouco acima do limite daqueles grupos que estão na base da pirâmide. As castas sexuais mais desprezadas correntemente incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais. Indivíduos cujo comportamento está no topo desta hierarquia são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos a presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas (RUBIN, s/d, p. 15-16).

Pelos trajetos tratados até aqui, fica claro que certa Psicologia ainda não saiu do território das ciências duras, das dietéticas normativas e da manutenção dos discursos que almejam o enquadre, e as respostas objetivadas sobre o que fazer com as sexualidades das nossas crianças e adultos em suas práticas e em seus prazeres sexuais, ditos inadequados. E que, se mostra bastante comprometida com a manutenção do sistema binarista e para unificação: - sexo/gênero/desejo/práticas sexuais -, e de sustentação para os reducionismos advindos da pirâmide erótica proposta por Rubin (s/d), o que equivale a linhas de subjetivação que produzem pessoas, corpos, sensações, desejos e prazeres que redundam na Psicologia do pastoreio, do ressentimento e da nosografia.

Porém, os sexos, as sexualidades e os prazeres validados como linhas de produção de políticas e de definição de modos de vida em sociedade, agenciam problematizações e desestabilizações da própria identidade dos saberes hegemônicos disseminados na formação em Psicologia.

Retomando o **queering** e as psicologias, em segundo lugar, o **queer** não se insere dentro do registro binário e universal, mas se apresenta como expressão humana em construção permanente, como processualidades, como devires em ação, sempre múltiplo, heterogêneo e polifônico, aproximando-se daquilo que Bradidotti (2000) denomina “sujeito nômade”, e Haraway (1995) chama de “sujeito ciborg”.

Aproxima-se de uma perspectiva nômade de composição com a vida, e, neste sentido, como aponta Jagose (1996), o **queer** não se apresenta como uma identidade, mas como uma crítica à identidade.

É nesta perspectiva de crítica a identidade que se dá a insurgência dos estudos **queer**, advindo nos anos 80/século XX, fruto das lutas políticas e sociais do ativismo de gays e lésbicas nos Estados Unidos e Reino Unido, sendo posteriormente emergido em outros países.

Trata-se de um período sócio-histórico, político e cultural marcado por diversas crises, entre elas, a emergência do HIV/Aids, críticas ao feminismo heterocentrado, branco e colonial, crise política e cultural assimilada pelo capitalismo e que dará visibilidade para a cultura gay capitalista, diante da evidência do Pink Money.

A referência **queer** nasce nas ruas, nos processos de enfrentamentos aos heterotessexismos, machismos e misoginias e as mais variadas formas de exclusão daqueles que expressam suas dissidências diante das capturas advindas do biopoder e das regulações biopolíticas.

Localizados nos anos 80 nos Estados Unidos as manifestações **queering** tem sua explosão inspirada pelo ativismo da pandemia da **Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS)** evidenciados pelas atividades de grupos como ACT UP (**Aids Coalition to Unleash Power**) composto por pessoas soropositivas, usuárias e usuários de drogas, gays, lésbicas, travestis e transexuais, trabalhadoras e trabalhadores do sexo, homens e mulheres negras e outros coletivos minoritários, descontentes com o tratamento estatal.

Muitas pessoas que participavam das manifestações do ACT UP eram militantes Lésbicas, **Gays**, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) e começaram a problematizar a possibilidade de ampliação das referências identitárias demarcadas pela heterossexualidade e homossexualidade, expressando mal estar diante dos padrões normativos restritos às oposições binárias e modelos universalizantes; estas inquietações favoreceram para que no verão de 1990 surgisse o primeiro grupo a fazer uso da expressão **queer: Queer Nation**.

A partir da criação de grupos como **Queer Nation** muitos outros foram surgindo e com eles as problematizações sobre identidades acabadas que reduzem o ser humano a uma referência única e totalizada. Em seus discursos passam a problematizar a respeito de múltiplas categorias que subjetivam os sujeitos e as sujeitas, acrescentado às identidades sexuais outros marcadores

identitários, tais como, classe social, raça/cor, gênero, geração e estilos de vida de modo a tomar o ser humano como sendo habitado por multiplicidades, o que por sua vez, abandona definitivamente a ideia de eu, unidade, padrão, estrutura, identidade, papel e repetição. Na mesma direção coloca em discussões determinadas crenças que adquirimos reduzidas a ideia da existência de um único corpo, único sexo, única raça, único gênero, e um único aparelho mental.

Em suas práticas se apropriam de estratégias de rua e de confrontação direta com o poder, se orientando pelas referências da cultura popular e das lutas do movimento negro, do movimento hippie, do movimento feminista, do movimento pacifista, para então, criar seu próprio estilo de confrontação, como as manifestações criativas em espaços públicos de “beijaço” entre **gays** e lésbicas, performances políticas de visibilidades positivas e de orgulho.

Das barricadas políticas do desejo presentes no ativismo **queer** e seu diálogo com a academia, alguns ativistas que também ocupavam o lugar de pesquisadores acadêmicos organizam um novo campo de estudos e pesquisas: os estudos **queer**.

Em paralelo ao ativismo **queer** Penedo (2008) aponta como sendo em 1990 o ano que pela primeira vez a palavra **queer** foi usada em contexto acadêmico, quando da publicação da obra *Epistemologia do Armário* de Sedgwick (2007). De modo complementar Judith Butler publicava seu famoso **Gender Trouble** (Problemas de Gênero) que viria a se tornar o livro referência para acadêmicos interessados pelos Estudos **Queer** no mundo todo. Seguindo as orientações históricas de Penedo (2008), em 1981 Tereza de Lauretis faz uso do termo **queer** na introdução de número especial da revista **Differences**.

A palavra **queer**, destaca Córdoba (2005), tem sua origem na cultura inglesa e era usada como um modo de ofensa a gays e lésbicas, porém, como modo de sua reversão passa a ser apropriada inicialmente pelos ativistas homossexuais para falar em nome próprio, de modo que a única pessoa que pode se apropriar e assumir-se como **queer** é quem se situa neste lugar, subvertendo a ideia de estigma que inferiorizava e excluía as pessoas da comunidade LGBT e resignificando suas existências de modo a expressá-las em sua positividade e orgulho.

De modo geral, a teoria **queer** propõe a hibridização como à única forma de romper com os processos homogeneizantes. Esta ideia de hibridização tem sido apropriada dos estudos realizados por Haraway (1995), e, seguindo essa perspectiva, Penedo (2008) dirá que a hibridização é um processo manipulável desde o ponto de vista **queer** porque pode ser abordado desde um ponto de vista individual, ou seja, a nomeação do **queer** só pode ser feita em nome próprio. Nesta direção, Córdoba (2005) aponta para a urgência de uma crítica a noção de identidade, de modo a definir uma posição anti essencialista que nega qualquer tentativa de naturalização, fixidez e totalização.

Ao lado da crítica a identidade, somamos problematizações que colocam em suspeita a própria noção de interioridade, apropriando-se do rechaço feito por Butler (2003) quando de seus estudos a respeito da identidade de gênero, ao questionar o sistema sexo/gênero/desejo em suas determinações de complementaridade que se orientam somente pelo viés do essencialismo, o que por sua vez colocaria em dúvida a heterossexualidade até então tratada como universal e obrigatória.

O que se torna problemático a nosso ver, diz respeito a uma certa Psicologia⁴ que insiste em dar manutenção ao sistema sexo/gênero/desejos/práticas sexuais que mantem a heterossexualidade como obrigatória e se impõe enquanto regimes de verdades acabadas e determinantes para os procedimentos psi. Aqui a Psicologia se torna aliada ao Estado na manutenção da ordem, da moral e dos bons costumes, o que por sua vez contribui para a manutenção das desigualdades sociais, raciais, sexuais e de gêneros.

A identidade sexual e de gêneros em interfaces com os marcadores sociais de classes e raças/cores neste sentido não pode ser tomada como expressão de um interior natural e/ou essencial, pois a ideia dessa existência de uma essência interior nada mais é que o efeito regulatório provindo da própria identidade, que por sua vez é uma manifestação da exterioridade.

Aqui fica patente que o sujeito é construído através de processualidades complexas que não antecede a ele mesmo, o que por sua vez nos remete ao espaço político em que as negociações de ocupação de certos lugares no mundo se fundam, promovendo assim a subversão de valores, sentidos e discursos normativos que se pretendem universais e imutáveis. Nesta perspectiva apostamos uma psicologia que dialoga com os movimentos sociais e acompanha as lutas e reivindicações desses coletivos e acatam as conquistas de novos direitos adquiridos, como exemplo, o tratamento respeitoso as identidades de gênero, que preferimos chamar “expressão sexual e de gênero”, reivindicados e adquiridos por direitos pelas travestis, homens e mulheres trans.

PORÉM, ENQUANTO ISSO NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

No cotidiano acadêmico, o que percebemos ainda é que as diretrizes de formação, reificam em vários artigos e definições reducionistas de apenas uma identidade profissional psi e um diálogo com as bases reacionárias da sociedade, fazendo-nos perceber o aumento significativo de aluna/os vinculada/os às bases religiosas mais tradicionais e aversivas a qualquer forma de variação nas experiências sexuais, ou performáticas de expressões de gêneros e sexualidades, aos bancos das faculdades e universidades da graduação em Psicologia.

⁴Configurando-se no que nomeamos como uma “certa” Psicologia que se diz e se acha certa, por vislumbrar acertar/consertar as vidas abjetas.

Em nossa pesquisa realizada entre 2012 e 2016, em poucos cursos de Psicologia há uma disciplina focada nos estudos de gênero e de sexualidades dissidentes, porém estas estão geralmente em disciplinas específicas de ênfase, não sendo contempladas em núcleo comum de formação em Psicologia. Há cursos de Psicologia em que esses conteúdos são abordados ou através de disciplinas optativas ou como temas transversais em pesquisas, extensões ou em disciplinas de Psicologia social ou institucional.

Há uma posição contrária a institucionalização dessa obrigatoriedade do ensino de estudos de gêneros e sexualidades por parte de alguns atores envolvidos na formação. Esta recusa na obrigatoriedade se justifica, por entenderem e serem inócuos ou pouco efetivos os efeitos desses conteúdos na forma obrigatória. Alguns acreditam que há certo tipo de aluno/a que se interessaria e se engajaria nos temas, e isso é mais interessante do que ter que dar a disciplina para qualquer tipo de graduando/a.

Esta ausência de “interesse” da Psicologia para temas vinculados às sexualidades e expressões de gêneros ditos dissidentes e as implicações das expressões de raça/cor e etnia na maquinaria subjetiva contemporânea vem sendo denunciada por pouquíssimos pesquisadores psicólogo/as, sendo umas das precursoras a pesquisadora e professora universitária Sandra Azeredo. Em seu artigo intitulado O político e público e a alteridade como desafios para a Psicologia, publicado na Revista Ciência e Profissão em 2002, a pesquisadora já anunciava o longo trajeto que havíamos que percorrer para incluir em nosso campo de discussão marcadores dos gêneros, sexualidades, raça/cor e etnias, e os efeitos das violências em suas diversas facetas e cores. Além de denunciar já em 2002, a emergência de discursos discentes fortemente articulados à religiosidade cristã aos discursos patologizantes de gêneros, sexualidades e prazeres. Ao fazermos a afirmação de que a formação em Psicologia está ainda hoje, mesmo após a denúncia de Azeredo (2002), apolítica e não vem acompanhando as demandas de atenção à pluralidade dos sofrimentos psicossociais, não temos medo de sermos generalistas, afinal as Diretrizes de Formação do Profissional da Psicologia nos garante a referida afirmação, tendo em vista que os cursos de formação desde 2004 trabalham com a lógica de competências e habilidades.

Destacamos as seguintes competências e habilidades previstas e bastante enfatizadas pelos projetos pedagógicos de formação em Psicologia:

Art. 8º As *competências* reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida. São elas:

III - identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;

- VI - avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;
 - VII - realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
 - XII - realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;
- Art. 9º As *competências*, básicas, devem se apoiar nas *habilidades* de:
- I - levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas por meio de meios convencionais e eletrônicos;
 - II - ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;
 - III - utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;
 - IV - planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
 - V - analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
 - VI - descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
 - VII - utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia (BRASIL, 2011, p. 3- 4).

A formação pautada na lógica das competências e habilidades previstas e bastante enfatizadas pelos projetos pedagógicos de formação em Psicologia, talvez justifiquem a escassez de pesquisas, na atuação e na invenção da formação psi junto às temáticas de gêneros, sexualidades, raça/cor e etnias e suas dissidências e as potencialidades das vidas e/ou as violências por elas sofridas, ou seja, as PsicoLOGIAS se ausentam de caminhar com as resistências.

Há diferenças gritantes entre protocolos de avaliação psicológica, função exclusiva da/os profissionais da Psicologia. Exemplificando, hoje no Brasil há a necessidade de um longo acompanhamento psicológico, de em média dois anos e laudos extremamente rigorosos para a resignação de sexo em corpos transexuais em contraponto ao imediatismo de um laudo de perda ou devolução de guarda de crianças em situação de ditas vulnerabilidades sociais, ou em situação de violência doméstica ou sexual, que em média é feito em dois dias. O argumento para essa diferença: Princípio Moral.

Há instituída na formação em psicologia, a invisibilidade dos corpos em resistência, pois entendemos visibilidade como pleno direito à singularidade, à possibilidade de existir, de ir e vir, de ser e de se manifestar em diferentes expressões, sejam elas sexuais, corporais, religiosas, conjugais e étnicas, estando a Psicologia *queerizada* e a favor destas expressões, sendo esta a agenciadora da emergência de territórios de subjetivação que produzam fluxos de diferenças, sem nomes, sem identidades, sem diagnósticos ou prognósticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PELA NÃO IDENTIDADE PSI

Os conceitos de identidades são muito caros às Psicologias e deles partem boa parte dos “instrumentos” de atuação psi, quais sejam os testes de avaliação psicológica em geral, as especialidades de atuação e os próprios campos de pesquisa de psicóloga/os. As relações entre metas do capitalismo, utilidade e servidão dos corpos e as habilidades e competências agenciadas através do ensino, das pesquisas e das extensões na formação em Psicologia, legalizadas através das Diretrizes Curriculares Nacionais agenciam territórios de contaminação e de produção de psicóloga/os como efeitos deste capitalismo que a toda/os e a tudo afeta, são discursos/efeitos que atuam nos processos de subjetivação, agenciando corpos úteis e dóceis, argamassa de produção de profissionais psi especializados nas demandas capturadas pelos dogmas hegemônicos e para a ordem capitalista. Sua subalternidade a regimes de verdades que não só a/os reduzem a identidades psi limitadas e empobrecidas, como promovem os processos desejantes às subjetivações capitalistas, às práticas higienistas de cristalização e redução a um modo único de ser psicóloga/o.

Em sentido político a identidade pode aproximar as pessoas pelos processos de identificação e fortalecer as resistências e enfrentamentos, mas, de acordo com Córdoba (2005) e Penedo (2008) a identidade apresenta em seu bojo uma dimensão de exclusão e de extermínio de toda e qualquer outra marcação identitária, reificando o sistema sexo/gênero/desejo e suas determinações binárias e universalizantes.

Demarcando essa dimensão de exclusão que habita a identidade, Córdoba (2005) parte da ideia de que o espaço discursivo que emerge a identidade não a determina de antemão, logo, sua afirmação se constrói diante da possibilidade de sua re-significação em espaço aberto e de sua interabilidade, o que por sua vez denota que suas determinações de significados e de conteúdos se dão através da exclusão e repressão de outras formas identitárias possíveis.

Nesta perspectiva toda identidade é construída através dos efeitos de uma relação de saber-poder-prazer pelas quais determinadas possibilidades de fixação identitária reprimem, excluem, negam, interditam e matam outras possibilidades de posição de sujeito.

Para Córdoba (2005) há que se ater aos processos identitários em sua produção, de modo a clarificar que para uma identidade se fixar ela precisa excluir diversas outras formas identitárias, porém, ao fazê-lo ela encobre esse processo de modo a dar a ideia de que a identidade seria uma essência, algo que as pessoas já nasceriam com ela, e, portanto, não permite sua problematização, pois aquilo que se mostra natural não pode ser transformada ou conectada com outros campos de possíveis.

Nesta perspectiva pensar sobre a identidade somente será possível em sua plasticidade se considerá-la como espaço político em que se possa intervir (e de fato se intervém) para modificar seus termos, para redesenhar seus limites, para incluir posições antes excluídas, para resignificar as posições existentes (CÓRDOBA, 2005).

Esses determinantes identitários abrem precedentes para que se possa problematizar a respeito dos processos de subjetivação que individualiza e aprisiona o sujeito em uma única dimensão identitária, e neste sentido, Preciado (2008) propõe que todo esse engendramento dos discursos normativos determinantes das identidades sexuais e de gênero que se materializa nos corpos se daria através de tecnologias e programações de sexo e de gênero.

Na trans contemporaneidade pode-se perceber a existência de diversos modelos de programação de sexo e de gênero, marcados pelo momento sócio-histórico, político e cultural que se atualizam de acordo com as negociações de saber, poder e prazer que aproximam e/ou distanciam suas atrizes e atores envolvidos nos processos sociais e políticos de emancipação.

Ao mesmo tempo podemos perceber a existência de programadores diversos que atuam sobre os corpos e suas modulações de sexo, gênero, raça, orientação sexual e geração etc., e, em especial os programadores “psi” que não só resistem a atualizar suas referências teóricas e metodológicas, como insistem muitas das vezes em reificar práticas ultrapassadas e leituras totalmente descontextualizadas de seu tempo, desconectados da realidade o que em linhas gerais pode parecer suspeito de perversidade.

Será na possibilidade de alargamento de teorias e metodologias da Psicologia, que acreditamos na possibilidade de promoção de uma Psicologia que ora estamos denominando **Queering**, e para tanto, a mesma deverá romper com postulados binários que se propõem universais e totalizados, dando passagem para a emergência de sujeitos nômades, e suas subjetividades também nômades em consonância com políticas **queer**.

A perspectiva de uma leitura “psi” que escape dos binarismos e universais em direção a uma posição nômade de análise, remete a um distanciamento das referências que tomam o ser humano como uno, como estrutura fechada, como totalidade e reconhecer no humano a sua diversidade múltipla de expressão e de conexão com a diferença da diferença (DELEUZE; PARNET, 1998); toma a variação e descontinuidade do humano em sua positividade e potência, dando voz para que a insurgência de novas expressões sexuais e de gênero sejam ouvidas e contempladas em suas reivindicações sociais, políticas e emancipatórias de cidadania, direito de ir, vir, ser, transitar e viver.

Se pensarmos em um modo simples para definir a política **queer** pode apontar como suas características à visão de identidade aberta e flexível, assim como, a utilização de estratégias e instrumentos de lutas advindas das estruturas culturais da heteronormatividade. A política **queer**, nos

fala Córdoba (2005) será sempre por assimilações e renunciante da integração a uma sociedade heterossexual que se mostre como regime de verdade, se colocando decididamente em lugares marginais.

Nesta perspectiva, o **queer** se caracteriza pela figura de um guarda-chuva que comporta as mais variadas formas de dissidências às normas sexuais e de gênero, mas também a todas as formas de existências que se distanciam do normativo e do hegemônico, tais como classe social, raça/côr, etnias e geração, entre outros, anunciando que nem todo gay/lésbica é **queer**, e nem todo **queer** é gay/lésbica, evidenciando ainda a presença do heteroqueer.

Em uma análise complementar Penedo (2008) afirma:

No mundo queer, onde são as práticas sexuais e não quem as praticam que importam, ser homo ou heterossexual não é tão importante como ter e praticar atitudes queer diante da vida (...) com certa imprecisão se poderia assinalar como queers aqueles heterossexuais que fazem críticas voluntárias à heterossexualidade, já que elegem determinadas práticas sexuais (bissexualidade, sadomasoquismo) ou simpatizam com outras expressões queer. (PENEDO, 2008, p.134 Tradução nossa)

A partir dessas problematizações propomos a emergência de uma psicologia que não seja classificatória, diagnóstica e reducionista para valorizar o direito político fundamental à singularidade e as variações dos lugares ocupados no mundo pelas pessoas que não coadunam com as determinações regulatórias e disciplinares de uma sociedade demarcada pela crise dos paradigmas.

Propor Psicologias **queering** indica dar passagens para outros agenciamentos conceituais, metodológicos e políticos que solicitam novas composições de lineamentos que entre tantas linhas de sua composição, destacamos:

1. Desconstruir os sistemas de pensamentos binários e sedentários, imagens e discursos capturados pela lógica normativa;
2. Mapear conflitos existentes entre as estratégias de resistências e a dominação psicossocial, política e cultural;
3. Facilitar a emergência de novos sujeitos emancipados, destacando sua posição política de direitos a ter direitos.

Essas demarcações teóricas ajudam a pensar uma Psicologia **Queering** e a traçar como objetivos mais importantes:

- desfazer o sexual e a expressão dos gêneros, heteronormatizado e falocêntrico como modelo de verdade única;
- desterritorializar os territórios sexualizados e gendrados através da decodificação dos códigos que dão inteligibilidade para os estereótipos de classes, raças/cores, sexualidades, sexos, gêneros e orientação sexual, etc.;

- facilitar a passagem para que devires outros possam expressar novos modos de existencialização, fora dos binarismos e dos universais que até então se orientavam pelos processos de normatização impostos pelo bio-poder e suas regulações bio-políticas; e,

- produzir análises fora do escopo religioso e se afirmar como uma psicologia laica e ampliada e democrática.

Fica aqui o desafio para que a Psicologia resgate seu compromisso com a transformação social, política e emancipatória de todo ser humano na trans-contemporaneidade, de respeito à liberdade de expressão e de pontes para que devires outros se potencializem e facilitem a defesa da vida como valor maior.

Desta forma, registramos as práticas discursivas envoltas nas funções de habilidades e competências na formação em Psicologia como técnicas de subjetivação, e neste sentido, podemos sim relacionar as estratégias capitalísticas das técnicas de produção de habilidades e competências na formação em Psicologia como um espaço de sujeição, de enquadre e de modos de produção identificatórios. Ao problematizar a formação em Psicologia através de sua *queerização*, colocamos não apenas em posição de oposição às teorias e proposições que agenciam a fixação de nomeações, de diagnósticos e de perfis às formas de viver e de vida, mas sim de criadores de outras estratégias na Psicologia que desconstruam as unificações e generalizações que estes instrumentos agenciam, ou seja, desnaturalizamos uma certa identidade da Psicologia e de nos fazermos psicóloga/os.

Talvez, para que as Psicologias voltem pelo menos alguns olhares, enquanto ciência e as práticas enquanto profissão para as outras expressões de vida, que para além dos sofrimentos, das violências, das exclusões e das invisibilidades também almejem os discursos das vidas que enfatizem o reconhecimento das diferenças, enquanto possibilidades reais e positivas de vidas seriam interessantes o agenciamento da minoração das Psicologias, ou seja, promover o agenciamento de territórios de produção de saberes e fazeres, vinculados ao menor e ao devir, valorando as desterritorializações dos planos de produção desses jeitos instituídos e desconstruir os fixos modos de ser psicólogas e psicólogos, para atuações vinculadas a valoração e emancipação de vidas e de viveres em abundância.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, S. M O político e o público e a alteridade como desafios para a Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2002, 22(4), 14-23.

BASTOS, A. V. B et col Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos? Em BASTOS, A. V. B.; GONDIN, S. M. G. (orgs) **O trabalho do psicólogo no Brasil [recurso eletrônico]**: um exame à luz das categorias da Psicologia organizacional e do trabalho. Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRAIDOTTI, R. **Sujetos nômades**. Buenos Aires, Ed. Paidós, 2000.

BRASIL. **Resolução nº. 5, de 15 de março de 2011**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Psicologia. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, 2011.

_____. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Resumo Técnico 2012. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf> . Acesso em: 22 de abr. de 2014.

BUTLER, J **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CAREAGA PÉREZ, G. La sexualidad, aún un desafío para la Psicología. In TEIXEIRA-FILHO, F et al (organizadores) **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

CÓRDOBA, D. Teoria queer: reflexões sobre sexo, sexualidade e identidade. Em direção a uma politização da sexualidade In CÓRDOBA, D; SAÉZ, J; VIDARTE, P. **Teoria queer**: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madri: Egales. 2005.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

JAGOSE, A. **Queer Theory**: an introduction. Nova York: New York University Press, 1996.
HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres**: la reinvención de la naturaleza. Ediciones Cátedra. Universitat de València - Instituto de la mujer. Madrid, 1995.

PATTO, M. H. S. (org) **Formação de psicólogos e relações de poder**: sobre a miséria da Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2012.

PENEDO, S. L. **El Laberinto queer**. La identidad en tiempos de neoliberalismo. Madri: Egales. 2008.

PERES, W. S. Psicologia e Políticas Queer. *In* TEIXEIRA-FILHO, F et al (organizadores) **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

_____. Contra a Psicologia do sacerdócio: a vida que sangra, pulsa, vibra. *In* MINELLA, L; ASSIS, G. de O.; FUNCK, S. B. (org). **Políticas e fronteiras**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

PLATERO MÉNDEZ, R. (Lucas). Metáforas y articulaciones para una pedagogía crítica sobre la interseccionalidad. **Quaderns de Psicologia**. 2014, Vol. 16, No 1, 55-72. Disponível em: <<http://quadernsdePsicologia.cat>>. Acesso em: 17 de ago. de 2015.

PRECIADO, B (Paul). **Texto Yonqui**. Madri: Spasa. 2008.

RUBIN, G. **Pensando sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sex.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 de mai. de 2015.

SEDGWICK, E.K. Epistemologia do armário. Tradução Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho de 2007:19-54.

Histórico

Recebido em: 5-5-2018

Revisado em: 2-7-2018

Aceito em: 5-9-2017